



E C O N O M I A

P I N D U R A

Dívida Pública

Na posição de 30 de setembro passado, faltando, portanto, três meses para acabar o ano, o estoque da dívida total dos estados acumulava R\$ 136,0 bilhões, sendo R\$ 101,0 bilhões da administração direta e R\$ 35,0 bilhões da administração indireta, segundo dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A dívida da administração direta, na mesma data, era composta de R\$ 43,0 bilhões da dívida mobiliária (em títulos públicos), R\$ 51,0 bilhões da dívida contratual, gerada por empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais e privadas, nacionais e estrangeiras; e R\$ 7,0 bilhões da dívida fluante.

Não por acaso, as frustradas tentativas de reduzir o déficit operacional do setor público, que este ano deverá situar-se em torno de 3% do Produto Interno Bruto – PIB – esbararam justamente nas contas deficitárias dos estados, fruto de administrações temerárias do passado e do presente, da incapacidade de conter a despesa e dos elevados gastos com a folha de pessoal.

Minas Gerais, o terceiro maior endividado, depois de São Paulo e do

Rio de Janeiro, arrecada mensalmente em torno de R\$ 450,0 milhões, dos quais R\$ 380 milhões são gastos apenas com a folha de pessoal. Considerando as despesas de custeio da máquina e os juros de pagamento inadivável, resta zero para investimentos.

Não é diferente a situação da maioria dos estados, que a despeito de terem sido beneficiados pela Constituição de 1988, com a transferência automática de mais de 40% da receita dos principais tributos federais, não souberam sanear suas finanças, vivendo pendurados nas tetas do Tesouro Nacional.

Nos últimos seis anos foram feitas pelo menos três tentativas de acordo entre a União e os estados, com o propósito de equacionar o pagamento da dívida mobiliária e contratual. Os estados deixaram de cumprir todos, retornando ao mesmo ponto de desequilíbrio financeiro em que se encontravam no início de cada tentativa de negociação.

Agora temos mais uma: a metade dos estados, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais que, juntos, reúnem mais

de 80% do endividamento estadual, já assinou um Protocolo de Acordo com o Governo Federal, através do qual as dívidas mobiliária, contratual e a resultante das operações de antecipação de receita orçamentária, serão refinanciadas em condições mais do que excepcionais.

O prazo é de 30 anos, os juros de 6% ao ano, mais o IGP-DI e a amortização mensal pela tabela price. Uma parcela de 20% do total da dívida refinanciada será paga antecipadamente, com o produto da venda das empresas estatais. No caso de Minas Gerais, por exemplo, que refinanciará cerca de R\$ 11,0 bilhões, entrarão na parcela dos 20%, ou R\$ 2,1 bilhões, o banco estadual – Bemge – e a Minascaixa, enquanto o BDMG será transformado em agência de fomento. Outras empresas estaduais também entraram no bolo.

Pelo acordo, os estados oferecem como garantias para o refinanciamento suas receitas próprias e as transferências do Fundo de Participação. O Governo Federal fica autorizado a sacar as importâncias necessárias ao pagamento das parcelas do refinanciamento diretamente das contas centra-

lizadoras da arrecadação do Estado.

Um ajuste assim tão amarrado poderá funcionar? Há quem diga que não, lembrando que nas tentativas anteriores também houve uma severa amarração, mas muitos Estados simplesmente descumpriram as cláusulas contratuais, sem que lhes tivesse sido aplicada qualquer punição.

Muitos Estados utilizaram seus bancos comerciais como verdadeiras caixas do Tesouro, provocando a quebra de várias dessas instituições, inclusive a maior delas, o Banco do Estado de São Paulo, em inevitável processo de privatização.

As negociações anteriores, que praticamente fracassaram, envolveram um montante de R\$ 28,0 bilhões, e o pacote objeto da mais nova negociação abrange R\$ 47,0 bilhões, a totalidade da dívida mobiliária na posição de 30 de setembro passado, e mais a dívida interna com instituições financeiras oficiais.

Do ponto de vista formal não há nada mais encantador. O programa atende pelo pomposo nome de Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, e propõe um vínculo entre o refinancia-

mento da dívida, o ajuste fiscal e a desestatização.

Quanto a este último, a situação não é assim tão fácil: o governador do Pará, Almir Gabriel, não consegue a autorização da Assembléia Legislativa para privatizar a companhia estadual de energia elétrica, e seu colega de Minas, Eduardo Azeredo, sofre as mesmas dificuldades em relação ao Bemge e à Minascaixa.

Engrossando a voz, o Governo Federal diz que, se não houver ajuste fiscal e privatização, nada feito. Os Estados serão obrigados a pagar mais caro pelo refinanciamento, e não terão como chiar quando, deixando de pagar as prestações mensais, verificarem que caíram os saldos de sua conta do Fundo de Participação.

Mas como a União é a primeira a contabilizar fracassos nas várias tentativas de eliminar o déficit público, os estados não se sentem encorajados a assumir compromissos de rigidez de despesas, se o exemplo que vem de cima é exatamente o contrário.

Fica valendo o velho adágio: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

MILANO LOPES